

Dez para a Educação

COMISSÃO ESPECIAL DO PNE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA
10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO E ENTIDADES NACIONAIS COMEMORAM
VITÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA



A CONTEE E O PNE

COORDENADORA GERAL DA CONTEE ANALISA ATUAÇÃO DA ENTIDADE AO LONGO DO PROCESSO DE TRAMITAÇÃO DO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO

MUITO ELOGIADO, SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DA CONTEE LEVA ÀS ENTIDADES FILIADAS DISCUSSÃO FUNDAMENTAL PARA A LUTA SINDICAL

SOLIDARIEDADE

REPRESENTANTES DA CONTEE PARTICIPAM DE MISSÃO BRASILEIRA DE SOLIDARIEDADE AO ESTADO PALESTINO NO MÊS JUNHO

3 EDITORIAL
Avanço conquistado



4 COMUNICAÇÃO
Comunicação Sindical em Pauta

8 INTERNACIONAL
Atentado à Democracia

10 SINDICAL
Missão de solidariedade na Palestina

12 CAPA
10% do PIB para a Educação



18 EDUCACIONAL/ARTIGO
Novo PNE: Balanço da Atuação da Contee

22 ENTREVISTA
Muita luta está por vir

28 CURTAS DAS FILIADAS



32 NACIONAL
Fiscalização para o preenchimento de 30% das vagas por mulheres

34 SINDICAL/ARTIGO
Proibição de retrocesso social

36 CURTAS DA CONTEE



40 SINDICAL
Todas pela igualdade de gênero

42 EM ALTA, EM BAIXA

44 NACIONAL
Coletivo Jurídico e os desafios das Entidades Sindicais

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Diretoria Executiva

Coordenação Geral
Madalena Guasco Peixoto

Secretaria Geral
Cristina de Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais
Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Assuntos Jurídicos
João Batista da Silveira

Secretaria de Comunicação Social
Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria de Finanças
José Roberto Torres Machado

Secretaria de Formação e Políticas Sociais
Rita Fraga de Almeida Zambon

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais
Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia
Nara Teixeira de Souza

Regional Sul
Cássio Filipe Galvão Bessa

Regional Sudeste
Francílio Pinto Paes Leme

Regional Centro-Oeste
Edson de Paula Lima

Regional Norte
José Carlos Padilha Áreas

Regional Nordeste
Manoel Henrique Filho

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho
Amarildo Pedro Cenci

Ailton Fernandes

Airton Duarte Cunha

André Luiz Giudicissi Cunha

Ângelo Lacerda Rocha

Cristina Kavalkiesvicz

Eduardo Assis Fonseca Botelho

Erivelton José Konfideira

Franciso Perez Levy

Gilson Reis

João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho

José Jackson Bezerra

Lavinia Rosa Rodrigues

Luiz Alberto W. Grossi

Márcia Almeida Machado

Márcia de Alencar Santana

Nivaldo Pinto Ferreira

Olmir Luiz Paludo

Oswaldo Souza Santos

Rodrigo Pereira de Paula

Valdir Graniel Kinn

Walteir Luiz Betoni

Wanderley J. Quêdo

Wellington Teixeira Gomes

Wilson Melo Sodré

CONSELHO FISCAL

Helder Abud Paranhos

Gisele Vargas

Robson Terra Silva

Avanço *conquistado*

A recente aprovação do investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, em até 10 anos, alcançada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, responsável pela tramitação do Projeto de Lei (8035/2010), que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE), deve ser comemorada. A conquista foi fruto da intensa atuação das entidades nacionais de educação ao longo dos debates realizados e da mobilização, sempre forte, das entidades do movimento estudantil em grandes manifestações e atos em defesa dessa bandeira.

A CONTEE participou ativamente dessa luta, estando presente, em Brasília e em diversos Estados, em quase todas as atividades, audiências, debates, construções coletivas, marchas, manifestações e discussões que trataram do novo PNE. O avanço conquistado na Câmara não pode retroceder e, para isso, redobramos nossos esforços no próximo período, quando o PL segue para apreciação do Senado Federal.

Nesta edição, a Revista CONTEÚDO fala sobre o novo Plano Nacional de Educação em sua matéria de capa; também em um artigo, assinado por mim, em que analiso a atuação da CONTEE nesse processo; e, por fim, em uma entrevista com o companheiro Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Nas próximas páginas você confere ainda informações sobre o excelente Seminário de Comunicação e Formação da Confederação e a viagem de solidariedade de nossos diretores à Palestina. Leia também o ótimo artigo de nosso consultor jurídico, Doutor José Geraldo de Santana Oliveira, sobre as mais recentes discussões do coletivo jurídico da entidade. E não deixe de acompanhar as últimas notícias sobre as atividades e lutas das nossas entidades filiadas e as principais novidades da pauta educacional na seção “Em alta e em baixa”.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE



Comunicação sindical *em pauta*

Fotos: Treemidia/CONTEE



Seminário de Comunicação e Formação da CONTEE, realizado nos dias 31 de maio e 1º de julho, em São Paulo/SP, reuniu dirigentes e comunicadores de todo o Brasil.

A Confederação realizou no final do mês de maio mais uma importante atividade. O debate, desta vez, foi em torno da Comunicação sindical e teve caráter formativo, em função da convicção de que o tema é essencial na luta dos trabalhadores e trabalhadoras do País, bem como de toda a sociedade brasileira. Assim, o Seminário de Comunicação e Formação da CONTEE foi um rico e aprofundado espaço de discussão sobre: “O papel da comunicação sindical na luta pela democratização da mídia”.

A atividade contou com a ilustre presença do premiado jornalista Luis Nassif, que compôs a mesa de abertura com a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto; a Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta; e a Secretária de Formação e Políticas Sociais, Rita Fraga Zambon.

Madalena abriu os trabalhos saudando os presentes e destacando o fato de que alguns companheiros não puderam estar presentes na atividade em função de demandas e ações das campanhas salariais. “Por conta disso, a CONTEE disponibilizou a transmissão ao vivo do Seminário pela internet para que todos tivessem a oportunidade de acompanhar esses debates tão importantes”, disse Madalena.

A Secretária de Formação da entidade, Rita Fraga Zambon, lembrou as recentes parcerias estabelecidas entre a Secretaria de Formação e as demais secretarias da direção da CONTEE. Para Rita, esse envolvimento “vem avançando muito nos nossos trabalhos”. A dirigente apontou a comunicação como um dos elementos mais importantes para as entidades sindicais.

A Secretária de Comunicação da CONTEE, Maria Clotilde Lemos Petta, manifestou seu contentamento por receber um grupo tão representativo das entidades filiadas na atividade. Clotilde falou da honra de receber o jornalista Luis Nassif, “que é conhecido por todos aqueles que acompanham a guerra diária que se realiza em torno da questão da mídia brasileira”. A Secretária enfatizou que Nassif é autor de um dos blogs de maior competência no acompanhamento e no posicionamento político do País.

Em sua palestra, Luis Nassif agradeceu o convite da CONTEE e disse que não há hoje um tema mais relevante no Brasil do que a questão da mídia. Para Nassif, o jornalismo tem que estar a serviço da cidadania, para combater o preconceito, a exclusão e se colocar na luta pela democracia. Para isso, segundo ele, é preciso saber qual o papel da mídia de massa no modelo de democracia em que vivemos.



De acordo com o blogueiro, o jornalismo brasileiro foi gradativamente se desgrudando dos fatos e isso não pode acontecer. “Você pode tender mais para um lado do que pro outro. Opinião pra lá e pra cá, mas o produto é o fato. É como uma geladeira que não gela. Um carro que não anda. Pode ter opinião, mas, se não tiver ligado à notícia, não é jornal. E o que ocorreu nos últimos anos foi que não temos mais jornal. Isso virou jogo”.

Luis Nassif destacou a importância da internet na atualidade e no processo de democratização da co-



municação. “Nos anos 70, quem quisesse combater o que saía no jornal, o máximo que se tinha era o mimeógrafo. O mimeógrafo foi um grande auxiliar de todos nós. Agora estão todos na mesma plataforma. Então, esses factoides são desmanchados pela internet – desde que se atenham aos fatos. Tem que ter a objetividade dos fatos”.

Para Nassif, o jornalismo brasileiro caminha para a criação de jornais online, que deverão fazer a mediação dos fatos. “Então, cada setor que quer entrar no jogo de forma estruturada vai ter que gerar suas próprias notícias”.

O segundo dia de atividades do Seminário tratou do papel da imprensa sindical e da luta pela democratização da comunicação. O primeiro debate recebeu os jornalistas Clomar Porto, João Franzin e Leonardo Severo, em mesa que discutiu: a realidade da comunicação sindical.

Para Clomar Porto, ativista da mídia alternativa, a profissionalização dos departamentos de comunica-

ção das entidades sindicais é fundamental. Ele ressaltou que é preciso que a comunicação esteja integrada à esfera de poder da organização. “Não podemos mais achar que ter uma política de comunicação é somente contratar um jornalista”. Porto acredita que para que todo o sistema funcione é preciso que a entidade tenha meios próprios de comunicação, atue na mídia de massa e tenha presença na web e nas redes sociais.

João Franzin, idealizador e fundador da Agência Sindical, destacou o trabalho da Agência, que prioriza “o depoimento do trabalhador”. Segundo Franzin, uma ferramenta importante na atualidade é a comunicação via torpedos para celulares. “Uma tecnologia barata e de extraordinária eficiência”, resume. Para o jornalista, é preciso também que as entidades sindicais entrem nas pautas das grandes empresas de comunicação – a partir de defesas claras de suas lutas. “Temos muito a avançar. A imprensa sindical tem um papel fundamental. Faz muito, mas pode fazer mais”, acredita.

Autor do livro “Latifúndio Midióta”, distribuído a todos os participantes da atividade, Leonardo Severo vê a luta pela democratização da mídia como uma verdadeira guerra. “Temos um bombardeio midiático. As informações que são passadas têm um caráter de classe”. E deu um exemplo: “80% das informações que vêm da Bolívia são da região de Santa Cruz de la Sierra, onde está o berço da oposição no País”.

Segundo o jornalista, é preciso trabalhar de forma integrada e dar visibilidade a essa luta. “Senão nós não estamos contribuindo em nada para a conscientização da classe trabalhadora”. Por isso, afirmou, “essa iniciativa (da CONTEE) é muito importante e fico gratificado por estar aqui”.

As atividades do período da tarde foram iniciadas com a apresentação do Programa da TV CONTEE Online sobre a instalação da Comissão da Verdade, seguida de uma breve apresentação da experiência da CONTEE na Campanha Salarial Nacional 2012 – feita pelo publicitário Fernando Waschburger



e pela assessora de comunicação da Confederação Daniele Moraes. O destaque da apresentação foi a atuação nas redes sociais. De acordo com o relato, a utilização das mídias sociais, realizada pela primeira vez pela entidade em uma Campanha nacional, foi muito bem sucedida – com significativo crescimento na audiência das páginas da entidade, tanto no Blog da Campanha, como no Facebook e Twitter.

A mesa: “A comunicação sindical e a democratização da mídia” contou com a participação do presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Altamiro Borges, e do assessor de políticas públicas da diretoria executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), João Brant.

Para Altamiro Borges, a comunicação sindical necessita de transformação. Na opinião do jornalista, a linguagem utilizada está envelhecida e tem característica declaratória, com pouca reportagem. “Talvez não estejamos falando a língua dos trabalhadores”, reflete.

Segundo Miro, a melhor forma de lutar pela democratização da mídia é fortalecer a própria mídia dos trabalhadores – os veículos próprios de comunicação e a imprensa alternativa. Além disso, é fundamental lutar por políticas públicas e pela regulamentação do que já está na Constituição Federal a esse respeito. “Estamos num bom momento, pois o Governo Federal finalmente conseguiu “sair das cordas” em que estava no primeiro ano de mandato”, declarou.

João Brant, que também integra o Coletivo Intervozes, falou sobre o complexo processo de formação da opinião pública, explicando que é preciso garantir no País “a igualdade no exercício da liberdade de expressão”. E apresentou como grande desafio para o campo da luta pela democratização da comunicação a necessidade de “falar para fora do movimento e não só para os nossos pares”.

João convidou a CONTEE para somar-se à luta e apoiar a Campanha pela regulamentação da mídia, a partir da cons-

trução e aprovação de um marco regulatório para o setor, encabeçada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Ao final das atividades, os participantes do Seminário aprovaram moção de apoio total à Campanha pela liberdade de expressão e direito à comunicação do FNDC. A moção pode ser acessada na íntegra no Portal da CONTEE (www.contee.org.br). c

O vídeo de todas as mesas do Seminário de Comunicação e Formação da CONTEE estão disponíveis no Portal da entidade na internet.



Atentado à *Democracia*



Organizações e entidades dos movimentos sociais de toda a América Latina repudiam e condenam o Golpe de Estado ocorrido no dia 22 de junho no Paraguai.

As organizações nacionais e internacionais dos movimentos sociais saíram em defesa da democracia tão logo foi noticiado o Golpe de Estado ocorrido no mês de junho no Paraguai. A ação de impeachment, orquestrada pelos opositores do, então, presidente Fernando Lugo, foi tomada como arbitrária pela totalidade das entidades, assim como por muitas lideranças políticas do continente.

Imediatamente, a CONTEE manifestou repúdio e indignação diante do Golpe, que definiu como ato arbitrário, sem a garantia legítima, ampla e incontestável do direito de defesa. Em nota, a Confederação somou-se as “diversas entidades nacionais dos movimentos sociais na defesa da ordem democrática de nosso vizinho

Paraguai, expressando grande preocupação com a consolidação política democrática nos países da região – arduamente conquistada pelos povos latino-americanos”. A CONTEE e suas entidades filiadas destacaram ainda seu apoio irrestrito ao povo paraguaio e aos movimentos de resistência, bem como partidos de esquerda e movimentos sociais, que se organizam na Frente para Defesa da Democracia.

O governo brasileiro, assim como outras lideranças da região e os Estados membros e os Estados associados do Mercado Comum do Sul (Mercosul) também condenaram a ruptura da ordem democrática no Paraguai.

Na ocasião, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e a IEAL (Internacional da Educação para a América Latina) também se colocaram publicamente contrárias ao golpe, estendendo sua solidariedade ao povo paraguaio.

As centrais sindicais brasileiras repudiaram a derrubada do Presidente Lugo. Para a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), “a responsabilidade pela crise sangrenta cabe aos latifundiários e políticos que se negam a observar os princípios elementares da Justiça e impedem a realização de reformas democráticas, especialmente no campo, mediante a recuperação de terras desabitadas, a expropriação de latifúndios improdutivos e a distribuição gratuita de terra aos trabalhadores camponeses e indígenas”.

Conforme destaca a nota, assinada pelo presidente da CTB, Wagner Gomes, “o golpe em curso no Paraguai não é um acontecimento fortuito e isolado na América Latina. Associa-se às iniciativas golpistas na Venezuela (2002), Bolívia (2008), Equador (2010) e Honduras (2009), este bem sucedido, patrocinadas pela direita neoliberal em aliança ostensiva ou velada com os EUA. Trata-se de uma reação à mudança do cenário político na América Latina iniciado com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 e que já resultou na criação da Unasul, Alba e Celac”.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também condenou o golpe e apoiou as medidas dos países do Mercosul

e da Unasul para reverter situação. “Defenderemos junto a nosso governo que pressione o máximo possível o atual governo ilegítimo do Paraguai para que reconduza o país de volta ao regime democrático o mais breve possível. Defendemos e alertamos também para que as medidas de pressão que sejam efetivadas preservem sempre as condições de vida e de trabalho do povo paraguaio, mais uma vez golpeado em seu mais fundamental direito”, disse em nota assinada pelo presidente da Central, Artur Henrique da Silva Santos, e pelo Secretário de Relações Internacionais, João Antonio Felício.

A CUT também informou estar em contato com as centrais sindicais do Paraguai e, conjuntamente com o sindicalismo latinoamericano, especialmente do MERCOSUL, apoiando “a luta dos trabalhadores paraguaios e paraguaias em defesa da democracia e o respeito à vontade do povo, que em 2008 elegeu o Presidente Lugo e que deve ser quem decida efetivamente sobre os destinos do país”. ◻

Missão de solidariedade *na Palestina*

Arquivo/CONTEE



A viagem da 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino aconteceu no mês de junho e fortaleceu as relações entre o Estado Palestino e lideranças dos movimentos sociais brasileiros.

A CONTEE participou no mês de junho da 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, organizada pelo Comitê Estado da Palestina Já! A delegação contou com dois representantes da Confederação: o Coordenador Regional Norte, José Carlos Padilha Arêas, e o Secretário de Assuntos Jurídicos, João Batista da Silveira.

No dia 13/06, os sindicalistas tiveram uma reunião com o Comitê Internacional do Fórum Social Mundial – Palestina Livre (FSMPL), evento que será realizado em Porto Alegre, entre 29/11 e 1º12, para o qual são esperados cerca de 20 mil participantes.

Depois dessa atividade, a delegação brasileira participou de diversas reuniões: com a ANP, com o comitê executivo da OLP, com a esquerda palestina, com a Central Palestina GUPW (filiada à FSM) e com o ministro do trabalho palestino.

Durante o trajeto, os integrantes da missão tiveram a oportunidade de ver o crescimento das colônias judaicas que impedem a viabilidade do Estado Palestino, a destruição das plantações de oliveiras, uma das principais fontes de renda da Palestina e dezenas de postos de controle do exercito de ocupação israelense.



Presidente da Palestina recebe delegação brasileira

A principal atividade da Missão foi o encontro com o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, ocorrido no dia 14/06 em Ramalláh, no Palacio Muqataa. Os integrantes da Missão solicitaram a participação do Presidente Marmoud no FSMPL e reafirmaram o apoio do povo brasileiro em defesa da causa palestina.

Abbas agradeceu o Brasil pelo apoio em todos os níveis, particularmente no reconhecimento do Estado da Palestina nas fronteiras de 1967. Destacou a sua última visita ao Brasil em 2010, quando lançou a pedra fundamental da embaixada palestina no Brasil.

Além dos representantes da CONTEE, participaram da reunião os líderes Antônio Miranda (Toninho), representando a Força Sindical; Andréia Mirian, representando a diretoria da FITEE (MG/ES); Emir Mourad, representando a FEPAL – Federação Árabe Palestina do Brasil e o jornalista Neyson Freire. Também participaram da reunião o Major General Sultan Abo Al-Einein, membro do Comitê Central da Alfatah e Abdalla Abu Rahme, um dos líderes dos Comitês de Resistência Popular contra o Muro do Apartheid e dos assentamentos.

Segundo Emir Mourad, Chefe da Delegação, a missão teve como objetivo principal fortalecer e aprofundar a solidariedade brasileira com o povo palestino, para que o Brasil tenha mais informações sobre a situação em que vive a população palestina



sob o jugo da ocupação israelense. Mourad acrescentou ainda que a programação da Missão incluiu encontros com organizações governamentais e não governamentais e visitas ao Muro do Apartheid, aos acampamentos dos refugiados e várias cidades e localidades da Cisjordânia. **C**

Colaboraram Neyson Freire (DRT/RO 916), CTB e Vermelho.

10% do PIB para educação *podem mudar o Brasil*

Alexandra Martins/Agência Câmara



Uma importante vitória dos movimentos sociais e das entidades nacionais de educação. Uma vitória do povo brasileiro. É tempo de comemorar a aprovação, por unanimidade na Câmara dos Deputados, do investimento de 10% do Produto Interno Bruto em Educação, como meta do novo Plano Nacional de Educação, e preparar a luta no Senado Federal.

Movimentos Sociais comemoram aprovação dos 10% do PIB para a Educação

Transformar a realidade educacional do Brasil. Alinhar a educação do País com um projeto de desenvolvimento nacional soberano e democrático. Construir uma nação justa e igualitária para todos e todas. Esses são os objetivos daqueles que lutam cotidianamente para que o Brasil dê um salto de qualidade no seu desenvolvimento. Priorizando a educação, valorizando seus profissionais e oferecendo à população o direito a um ensino de qualidade socialmente referenciada.

Para que tudo isso seja possível, uma coisa é certa: é preciso aumentar o investimento e o compromisso do Estado brasileiro com o setor, garantindo, segundo estudos e pesquisas, a destinação de pelo menos 10% das riquezas nacionais – baseadas no percentual do Produto Interno Bruto – para a educação pública.

A defesa dos 10% do PIB para a educação é uma

bandeira histórica e unificada entre os movimentos sociais e as entidades nacionais de educação. E ganhou ainda mais força e sentido durante o recente e longo processo de discussão e aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) – que tramita no Congresso Nacional.

Historicamente, a definição do índice de investimento do PIB em educação já foi alvo de muita polêmica e disputa. Tema recorrente nos principais debates educacionais brasileiros nas últimas décadas, a questão permeou fóruns de debate e construção de políticas públicas, como as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), os Congressos Nacionais de Educação (CONEDs), a Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Durante a tramitação do Projeto de Lei 8035/2010 – enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados no apagar das luzes do ano de 2010 – muito se discutiu. No primeiro momento, as entidades nacionais questionaram o não cumprimento do acordo – estabelecido com o Governo – de estruturar a proposta do novo PNE a partir das diretrizes e formulações aprovadas na CONAE. Seguiu-se, então, um longo processo de tramitação na Câmara dos Deputados, com a indicação de uma Comissão Especial para o acompanhamento do PL – que teve dois presidentes e muita disputa política.

No que se refere aos pontos de interesse específicos da CONTEE, a questão foi ainda mais complexa – tendo em vista o fortíssimo lobby do setor privado de ensino, que atua sem constrangimento no parlamento nacional. Portanto, cada pequeno avanço dentro do novo PNE deve ter destacado.

A posição histórica da Confederação em defesa da educação como um bem público e um dever do Estado

Historicamente, a definição do índice de investimento do PIB em educação já foi alvo de muita polêmica e disputa.

Leonardo Prado / Agência Câmara



*“A vitória dos movimentos sociais sempre incomoda”
– Madalena Guasco Peixoto*

se fez presente. A entidade colaborou, significativamente, em conjunto com as demais entidades nacionais de educação, para que no dia 27 de junho, finalmente, fosse votada e aprovada, por unanimidade, a meta número 20 que estabelece a destinação de 10% do PIB para a educação, no prazo de 10 anos – a partir da data final de aprovação da Lei.

Para a Secretária de Assuntos Educacionais da CONTEE, Adércia Hostin, que acompanhou a votação e todo o processo de debate e mobilização das entidades, a aprovação da Meta 20 é uma conquista histórica para o País. “Temos uma sensação indescritível de dever bem enca-

minhado e de uma etapa da luta vencida”. Adércia destaca ainda a parceria entre as entidades, que, segundo ela, foi fundamental para esta vitória. “Devemos parabenizar a UNE, UBES, Campanha, CNTE, ANPED, UNDIME, os demais companheiros da CONTEE, entre tantas outras entidades, sempre comprometidas com a educação”, disse.

Para a Deputada Federal Fátima Bezerra (PT-RN), “a garantia dos 10% simboliza a prioridade efetiva da educação no País, que é o único meio de garantir a verdadeira cidadania à nossa população”. Já para o Deputado Newton Lima (PT-SP), presidente da Comissão de Educação e Cultura, “aplicar em educação é permitir que o Brasil encontre seu espaço entre as principais economias do mundo, com sustentabilidade e igualdade social”.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) acrescenta: “com os 10%, teremos novos horizontes. Um País que quer de fato ser soberano, independente, precisa investir em educação, na perspectiva de futuro de seus jovens, na produção de tecnologia e na remuneração de seus professores”.

“Foi uma vitória da mobilização organizada, da persistência, dos que nunca desistem e que sabem que é importante a pressão sobre o parlamento de uma maneira democrática. Uma vitória de quem defende a educação pública de qualidade, socialmente referenciada”, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin Leão.

Para o Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, “O Congresso Nacional tem o poder e o dever de aprovar um plano à altura dos desafios do nosso País”.

Inimigos a vista

Sem dúvida, a vitória na Câmara dos Deputados foi simbólica e importante. Já a derrota, constrangedora, de setores do Governo Federal, em especial da área financeira – que já havia se posicionado contra a medida – mostra, entretanto, um sinal de alerta para os movimentos sociais: muita luta está por vir. E ela enfrentará também a posição conservadora e reacionária da mídia brasileira, sempre disposta a deter os avanços e as conquistas populares.

Publicações como Folha de São Paulo e Estadão já manifestaram “preocupação” com a questão. Segundo a Folha, o Congresso Nacional trata de uma série de projetos com “impacto danoso nas contas públicas, justamente no momento em que a crise econômica internacional recomenda redobrada cautela”. O Estadão chama a aprovação dos 10% de “Demagogia na educação” – questionando a responsabilidade dos deputados no debate da questão. De acordo com o jornal, “o problema da educação brasileira, contudo, não é de escassez de recursos. É, sim, de gestão perdulária” – apelando para o velho discurso que quer fazer a sociedade acreditar que nossos problemas se resumem apenas à má gestão pública.

A posição da mídia foi rechaçada pelas entidades nacionais de educação. Para Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, “irresponsabilidade é permitir que crianças, adolescentes e jovens não tenham escola ou estudem em unidades escolares indignas. Se é para controlar gastos, o governo pode cortar diversos desperdícios que

comete. O investimento em educação e saúde pública tem que ser a prioridade, deve ser sagrado”.

Para a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, a vitória dos movimentos sociais sempre incomoda. A dirigente ressalta que “o estabelecimento do índice de 10% do PIB foi resultado de estudos e muitos debates, ocorridos em especial durante a realização da I Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, que comprovam a necessidade do aumento dos investimentos na área, para que seja possível dar um salto de qualidade concreto na educação do País”.

A Nota Técnica divulgada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em agosto de 2011, comprova que a proposta de 7% do PIB, feita no PL original do Governo Federal, é insuficiente para garantir o direito a uma educação pública de qualidade, caracterizando apenas a manutenção da expansão precária do acesso à educação. Segundo os cálculos efetuados no referido estudo, para que seja possível universalizar um padrão mínimo de qualidade o Brasil, seria preciso investir exatos 10,403% do PIB em educação pública.



Alexandra Martins/Agência Câmara



Para atingir as metas propostas pelo PNE é preciso buscar novas fontes de financiamento para a educação.

O estudo destaca que “embora seja errôneo afirmar que o financiamento adequado da educação pública resolva sozinho o conjunto avassalador de problemas educacionais brasileiros, é certo afirmar que sem ele nada poderá ser feito”. E explica: “não é possível remunerar adequadamente professores das redes públicas, reduzir o número de alunos por turma, dotar de infraestrutura adequada as escolas brasileiras e implementar programas de formação continuada aos profissionais da educação sem uma política adequada de gasto público para o setor”.

Estudo IPEA

Um estudo realizado no final de 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) afirma que a atual capacidade de financiamento da educação, que corresponde a 4,98 % do PIB, conseguiria apenas

cobrir os gastos necessários para manter o atual nível educacional do Brasil. De acordo com a pesquisa intitulada “Financiamento da educação: necessidades e possibilidades”, o valor aplicado está longe do necessário para promover melhorias previstas nas metas de ampliação de acesso e da qualidade da educação, seguindo as propostas do novo PNE.

De acordo com o estudo do Ipea para atingir as metas propostas pelo PNE é preciso buscar novas fontes de financiamento para a educação. Nesse sentido, o estudo apresenta cinco possibilidades. A primeira é o incremento no financiamento tributário. O Ipea sugere um aumento nas alíquotas de impostos como IPTU, IPVA, ITBI e ISS para que a arrecadação possa chegar a até 3,88% do PIB, além da diminuição da renúncia fiscal e a ampliação do repasse desta verba para a educação: a União aumentaria de 18% para 20%, e estados e municípios de 25% para 30%.

Outras medidas seriam a possibilidade de financiamento pela ampliação das rendas do governo com o Pré-Sal e criação do Fundo Social do Pré-Sal; o uso verba que sobrar da redução da taxa de juros (Selic); a captação de recursos das agências públicas de fomento nacionais (BNDES e BNB.) para o financiamento da educação; e estabelecer metas de melhorias associadas à utilização dos recursos públicos a serem aplicados em educação. O Ipea propõe ainda que os governos federal, estadual e municipal busquem alternativas para que os recursos aplicados possam ter maior eficácia e eficiência.

Não é gasto. É investimento.

A ideia de que a verba destinada à educação é um

investimento e que, portanto, não deve ser considerado um “gasto”, ficou comprovada também pelo Ipea em outro estudo. Segundo o Instituto, os gastos do poder público com educação e saúde são os que geram mais crescimento do PIB. De acordo com a pesquisa realizada, cada R\$ 1 gasto com educação gera R\$ 1,85 de retorno ao PIB. Na saúde, para cada R\$ 1 investido, o retorno é de R\$ 1,70.

O estudo aponta que os gastos sociais – com saúde, educação, programas sociais e previdência – têm melhor desempenho porque se desdobram em outras formas de renda, gerando consumo no mercado interno e contribuindo diretamente para a redução das desigualdades.

Muitos são os argumentos e dados à disposição da sociedade para pressionar o Estado e sustentar, dentro do Congresso Nacional, a necessidade de ampliação do investimento em educação – apontando até mesmo as fontes orçamentárias para que isso seja possível, como sugere o estudo do Ipea. Ainda assim, as entidades preveem muita disputa e embate na próxima etapa do processo

de criação do novo PNE: a tramitação no Senado Federal.

Otimista, o presidente da CNTE, Leão, acredita que a matéria não obterá resistências no Senado. “Creio que os senadores serão sensíveis e não vão votar contra aquilo que já foi decidido na Câmara e que foi resultado da pressão popular. Não só os 10%, mas todo o PNE precisa ser resolvido este ano para ser colocado em prática a partir de 2013 para que tenhamos um Norte que dê luz à educação brasileira”, conclui.

Madalena Guasco Peixoto aponta a importância da participação das entidades filiadas à CONTEE e dos trabalhadores da base na mobilização nos Estados e na pressão popular em torno dos Senadores para que não seja permitido nenhum retrocesso nas conquistas já alcançadas, graças à luta dos movimentos sociais – legítimos representantes dos interesses da população brasileira.

Aqueles que historicamente sempre estiveram ao lado das justas bandeiras em defesa da educação pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada para todos e todas não têm dúvidas sobre a necessidade da ampliação substancial do investimento direto em educação. E, assim, renovam suas forças para a luta que segue agora no Senado Federal. **c**

Cada R\$ 1 gasto com educação gera R\$ 1,85 de retorno ao PIB.

Alexandra Martins/Agência Câmara



Novo PNE:

Balanço da atuação *da CONTEE*

Por Madalena Guasco Peixoto



A Coordenadora Geral da CONTEE apresenta a seguir uma análise do processo histórico de construção do novo Plano Nacional de Educação, com balanço da importante contribuição da Confederação nas conquistas alcançadas até o momento.

plano
nacional de
educação

A história da educação em nosso País revela que a luta pela universalização da educação pública de qualidade não foi vencida, entre outros aspectos, por conta do histórico conflito de interesses públicos e privados. Ainda não foram resolvidas em nosso País questões básicas como a relação entre a política educacional e o necessário projeto de desenvolvimento nacional, soberano e democrático, por exemplo.

Na década de 1990, testemunhamos a implementação do projeto neoliberal no Brasil em contraponto com a consolidação do processo de democratização do País. Vimos avançar a concepção privatista, que transforma direitos em serviços não exclusivos do Estado; a concepção antinacional e antidemocrática, resultando em leis educacionais que expressavam estas contradições.

Tal cenário foi propício

para a expansão privatista descontrolada; o sucateamento das instituições públicas de educação superior; a universalização do ensino fundamental sem qualidade; a total falta de compromisso público com a educação média, profissional e infantil – desfigurando, assim, por completo, todo o sistema de ensino brasileiro.

As consequências lógicas foram o rebaixamento da qualidade da educação e da formação dos estudantes; a desvalorização dos trabalhadores da educação e da própria visão humanista da educação, desprestigiando a formação cultural e caracterizando o “neopragmatismo”, com a desvalorização do saber que não tenha utilidade imediata.

Aos poucos, especialmente a partir de 2002, com a eleição do Presidente Lula, fomos avançando no processo de resgate do projeto público de educação, retomando, portanto, o papel do Estado na garantia do Direito à educação, como um bem público e uma responsabilidade social; resgatando a ideia de um sistema nacional de educação; lutando pela regulamentação da educação privada; pela responsabilidade social e pública das Instituições de Educação Superior públicas; e pela universalização e resgate da vinculação da educação a um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e democrático.

Apesar dessa alteração de curso, o projeto neoliberal não foi vencido. No mundo, ele vive uma crise, mas este projeto é estrutural do capitalismo. Assim, precisamos reconhecer os avanços alcançados, mas destacar também os grandes impasses que ainda devemos superar.

Nosso déficit educacional ainda permite que apenas 50% das crianças que ingressam no ensino fundamental público do País terminem esse nível, e só 30% concluíam o ensino médio. A evasão escolar é grave: 20% das

Ainda não foram resolvidas em nosso País questões básicas como a relação entre a política educacional e o necessário projeto de desenvolvimento nacional, soberano e democrático.

Pedimos a todas as entidades que se envolvam nesta luta, procurando os Senadores de seus Estados para impedir que o Senado Federal retroceda no que foi avanço conquistado.

crianças deixam de frequentar a escola com três ou três anos e meio de estudo – o que equivaleria dizer que temos o nível escolar de países como Haiti ou Tanzânia. Outros 20% desistem com quatro anos de escolaridade – nível comparado a países como Nicarágua ou Quênia. E, por fim, outros 20% param com cinco ou seis anos de escolaridade, nível comparável à Argélia.

Quando derrubamos a ditadura militar, o Brasil incluía menos de 11% de seus jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. Hoje, após a política de privatização, o crescimento da educação a distancia e a expansão pública (a partir de 2002), o Brasil inclui ainda apenas 14% dessa parcela da população.

Tivemos uma grande oportunidade de transformação desta realidade com a realização da histórica Conferência Nacional de Educação (CONAE). Na ocasião, a batalha da CONTEE se iniciou com a preparação de nossa participação nas Conferências Municipais e Estaduais de Educação, iniciadas em 2009. Graças ao envolvimento da grande maioria de nossas entidades filia-

das, participamos dessas etapas com papel de destaque nas comissões organizativas, levando bancadas expressivas às atividades. Com o trabalho de aliança feito com outras entidades de educação, garantimos que nossas propostas fossem acatadas em quase todas as Conferências preparatórias.

Participamos das mesas de debate e exposições das Conferências preparatórias e da Conferência Nacional – realizada, então, em março de 2010, focando principalmente o tema da qualidade, gestão democrática, sistema nacional de educação e a regulamentação da educação privada. Com vistas à preparação de nossa atuação na Conferência Nacional, realizamos um seminário com os nossos delegados eleitos nas Conferências Estaduais e encontros de bancada durante a etapa nacional.

Saímos vitoriosos. Todas as nossas propostas foram incorporadas ao documento final da CONAE – um importante marco histórico na luta por uma educação democrática em nosso País. Terminada essa etapa, os passos seguintes foram: nossa representação legítima na constituição do Fórum Nacional de Educação (FNE) e a preparação de encontros com as outras entidades para organizarmos nossa intervenção na tramitação do texto do Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional.

Entretanto, o PL 8035/2010, apresentado pelo Executivo, não respeitou, como havia sido acordado, as orientações traçadas na Conferência Nacional – o que demandou, por parte das entidades, a apresentação de mais de 3000 mil emendas ao texto original. A CONTEE participou desta etapa destacando 100 emendas.

Já o Substitutivo apresentado recebeu 447 emendas. Nesse momento, após analisar as emendas apresentadas pelas outras entidades de educação, para não repeti-las, a CONTEE apresentou, entre emendas aditivas e supressivas, 25 emendas, com destaque para os temas de valorização dos profissionais da educação pública e privada; gestão democrática para a educação pública e privada; e constituição do sistema nacional de educação, com o objetivo de estabelecer parâmetros para educação pública e privada. No Substitutivo final, dessas 25 emendas apresentadas, o relator acatou, na íntegra ou parcialmente,

quatro propostas elaboradas pela CONTEE.

Consideramos que o texto aprovado na Comissão Especial, apesar de não contemplar ainda importantes aspectos que colocariam a educação nacional em patamar mais elevado, representou avanços, principalmente em seis aspectos:

1-Em relação ao financiamento, foi aprovada a destinação de 10% do PIB para a educação, o CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) e as verbas do Prê-Sal para a educação;

2-A gestão democrática foi colocada no corpo da lei como um princípio da educação nacional, ficando para ser regulamentada em um ano, após a aprovação do PNE, pelos Estados e Municípios – o que exigirá das nossas entidades envolvimento político na elaboração dessas leis nos Municípios e Estados, exigindo que a gestão democrática atinja também a educação privada;

3-A exigência de que dois anos após a aprovação da lei seja apresentada, em lei específica, a constituição do Sistema Nacional de Educação;

4-O texto relaciona o regime de colaboração com as

Um cartão de apoio ao Plano Nacional de Educação (PNE). No topo, há uma rede de pontos coloridos (verde, amarelo, laranja, vermelho, rosa, azul, verde-água) conectados por linhas brancas, formando uma estrutura semelhante a uma rede molecular ou de comunicação. O texto principal do cartão é: "No PNE diga *Sim* ao Sistema Nacional de Educação". Abaixo disso, em uma faixa preta com letras brancas, está: "É bom para a educação. É bom para o Brasil.". Na base do cartão, há uma lista de seis pontos em texto laranja: "Valorização dos profissionais em educação | Plano de carreira | Gestão democrática", "10% do PIB investidos na educação | Qualidade de ensino | Regulação do setor privado". À esquerda da base, há um código de barras. À direita, o logo da CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) com o nome "contee" em uma fonte moderna e o subtítulo "Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação" em uma fonte menor.

atribuições dos Entes Federados nas metas do PNE;

5-Estabelece um conjunto de mecanismos de controle e acompanhamento da efetivação das metas do PNE;

6-Amplia todas as metas e estratégias de valorização profissional para todos os profissionais de educação – incluindo no PNE tanto os docentes, como os técnicos administrativos. Bandeira levantada especialmente pela CONTEE e pela FASUBRA, tendo aprovado texto proposto pela Confederação.

Agora a nossa batalha é no Senado

Terminada a batalha na Comissão Especial responsável pela tramitação do PL 8035/2010 na Câmara dos Deputados, a CONTEE traça agora diretrizes para a continuidade da luta no Senado Federal. Dessa forma, a Confederação deve atuar no sentido de não permitir retrocessos ao que foi aprovado na Câmara e deve, junto com as outras entidades, organizar um trabalho com os Senadores.

Pedimos a todas as entidades que se envolvam nesta luta, procurando os Senadores de seus Estados para impedir que o Senado Federal retroceda no que foi avanço conquistado. A luta deve ser feita com empenho, uma vez que a mídia reacionária já começou seus ataques contra a importante vitória que foi a votação dos 10 % do PIB para a educação. ◻

Sharon Eve Smith



* Madalena Guasco Peixoto é Coordenadora Geral da CONTEE.

Muita luta *está por vir*

O Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, falou com exclusividade à CONTEÚDO sobre o processo de tramitação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e a conquista dos 10% do PIB para a educação na Câmara dos Deputados.



Qual a sua avaliação do processo de tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE)?

Daniel Cara — Para sociedade civil, o PNE começa em 2008, no final da CONEB (Conferência Nacional da Educação Básica), onde começamos a discutir o tema da CONAE (Conferência Nacional de Educação — realizada em 2010). Porém, após a CONAE, o Ministro Fernando Haddad não apresentou para nós o PNE com a seriedade que deveria. As entidades que organizaram a CONAE e que compunham o Fórum Nacional da Educação só tiveram uma reunião para debater o conteúdo do PNE em uma apresentação em Power Point. Não tivemos nem acesso ao texto. Foi muito decepcionante.

Tivemos que pressionar o Presidente Lula para não enviar o Projeto só em 27 de dezembro (de 2010), porque depois do Natal nada acontece. E ele acabou apresentando em 15 de dezembro — o que nos ajudou a criticar e a reunir forças para mostrar para a sociedade que aquele Projeto não era correspondente à CONAE.

Isso gera o processo de elaboração de emendas. A Campanha foi a primeira entidade que reivindicou a apresentação do PNE e em fevereiro lançamos nossas emendas, antes mesmo de termos um relator do PNE. O que a gente fez? Pegou a CONAE, comparou com o PNE e viu o que estava fora, para nós eram 102 emendas.

“A CONTEE ficou com o desafio mais difícil que é enfrentar o setor privado”.



Fotos: Willians Morais

Uma das questões mais difíceis foi a do enfrentamento da relação público x privado, e quem liderou isso foi CONTEE. A CONTEE ficou com a tarefa mais difícil, porque a base de financiamento de campanha dos Deputados acaba sendo todo do setor privado. O setor privado, sabiamente, não foi contra os 10%, porque quis os 10% total, para poder transferir recursos para eles. E a gente conseguiu tirar isso e ficou só para a educação pública. Mas o setor privado, de longe, é o setor mais influente em termos de financiamento de campanha. Não tem banco, empresa pública, construtora que consiga ser tão preponderante sobre os Deputados da educação quanto o setor privado. A CNTE ficou com a temática do fortalecimento do magistério do setor público e a CONTEE ficou com o desafio mais difícil que é enfrentar o setor privado.

A gente conseguiu uma boa agenda de audiências públicas, participou dessas audiências. Em agosto (de 2011), a Campanha lança uma Nota Técnica dizendo por que os 10% do PIB são necessários e porque os 7% são pouco. Isso influencia até o próprio governo, por que o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) acaba analisando essa Nota Técnica e diz que ela é mais consistente que a do MEC.

Então, a gente conseguiu ter uma tramitação consistente, tanto em argumentação técnica, quanto em mobilização social. E as entidades trabalharam em conjunto. Quais foram as entidades que mais estiveram presentes? A Campanha, a CNTE, a CONTEE, a UNDIME, a UNCME, a UNE e a UBES – que geraram uma tramitação muito mobilizada.

A gente conseguiu fazer uma divisão de tarefas em que coube às entidades representativas dos trabalhadores, dos gestores, dos conselheiros e à Campanha, que é uma rede, um trabalho mais forte de argumentação técnica e mobilização dos Estados. E coube à UNE e à UBES uma mobilização em Brasília. Então, a argumentação técnica e a mobilização social geraram esse resultado. Temos

trabalhado muito junto e acho que isso é um sucesso. Constituímos uma nova articulação na educação.

Por que o Brasil precisa investir 10% do PIB em educação?

Daniel Cara – O Brasil vive, desde o regime militar, um processo de expansão das políticas sociais sem padrão de qualidade. O primeiro e o segundo governo do Fernando Henrique (Cardoso) radicalizaram no processo de expansão. Tanto o SUS (Sistema Único de Saúde), quanto a educação, via FUNDEF, tiveram um processo de ampliação de acesso impressionante. O problema é o respeito ao direito à educação tem que aliar acesso e qualidade – essas duas coisas têm que caminhar juntas. O Brasil não vai ser soberano, se não tiver uma educação de qualidade para as suas crianças, adolescentes e jovens e se também não conseguir superar o analfabetismo.

A gente calculou 10% do PIB, aliando expansão com padrão mínimo de qualidade. E aí na conta precisa dá 10,4% do PIB. E padrão mínimo é: pagar piso para todos (os profissionais), com uma política de carreira, que não é ainda uma política de carreira tão atrativa. Comparado com o cenário internacional, hoje a gente investe 1,5 mil dólares por aluno ao ano. Com 10% do PIB, a gente passa investir próximo de 2,8 mil dólares ao ano. Ao passo que em países até da América Latina estão trabalhando com o patamar próximo de 2,5 mil e logo chegam a 3 mil.

Os países mais desenvolvidos do mundo estão entre 5 a 7 mil dólares/ano. Isso significa que estamos bem defasados. Com 10% do PIB, a gente não vai conseguir se aproximar, substantivamente, desses países, mas vai fazer um processo de aproximação.

Para a gente conseguir se aproximar, vamos precisar investir 10% do PIB nesse PNE e no próximo, para, no último ano do próximo PNE, alcançarmos o patamar dos países mais desenvolvidos. Ao passo que, se a gente investir 7%, só alcançaremos esse patamar em 2050. Então, a decisão que a gente está tomando agora é se

“A CONTEE é a entidade mais

a gente quer se tornar um país decente, em termos educacionais, em 2030 ou retardar isso para 2050. Esse é o desafio que a gente tem que decidir.

Há quem diga que o Brasil não precisa de mais investimentos em educação, precisa apenas saber gerir esses recursos. Qual a sua opinião sobre isso?

Daniel Cara – Isso é uma falácia. Eles se baseiam numa meia verdade. Dizem o seguinte: Estados Unidos, Coréia, Finlândia investem cerca de 5% do PIB. Mas não observam o que significa 5% do PIB no investimento por aluno ao ano nesses países. É uma média de 7 mil dólares/ano. Enquanto que 5% do PIB, no Brasil, é uma média de 1,5 mil dólares/ano. Qual a diferença

entre os dois? O Brasil tem uma população a ser educada enorme, uma grande quantidade de crianças e jovens. Se a gente também não aproveitar essa geração, vai ser mais uma geração que não vai ter o seu direito à educação garantido e isso vai significar, inclusive, problemas econômicos no futuro.

Além disso, quem defende esse tipo de perspectiva não conhece escola pública, não colocaria o seu filho para estudar em uma escola pública, porque é uma escola com salas superlotadas com professores desmotivados, porque recebem péssimos salários. São falas de quem não conhece o cotidiano da educação e que, pior do que isso, não têm consciência suficiente para saber que 5% do PIB do Brasil não é igual a 5% do PIB dos Estados Unidos. Mas, por cinismo, não falam a verdade.

Os críticos também dizem que a meta é irresponsável porque não diz de onde viriam os recursos para o investimento de 10% do PIB em educação. Como que você analisa isso? É papel do PNE indicar a fonte do investimento?

Daniel Cara – Não, não é papel do PNE. O PNE aponta o caminho. O ministro Mercadante, que foi o primeiro a dizer isso, disse que a solução é o Pré-Sal.

O texto aprovado diz que é via Pré-Sal e que, depois de 2 anos de aprovação do Plano, a União vai ter que mandar para o Congresso Nacional uma Lei Complementar para dizer quais são as fontes de recursos do Plano e quais são as participações e as responsabilidades de cada ente federado. Porém o Governo Federal diz que nada disso foi debatido. Então, na verdade, isso mostra o

“A gente conseguiu ter uma tramitação consistente, tanto em argumentação técnica, quanto em mobilização social”.



generosa que existe”.

quanto o Governo não conhece o Plano Nacional da Educação, o quanto não se importou com a tramitação da matéria e o quanto, agora, está sendo irresponsável fazendo críticas ao PNE, que não correspondem com a verdade.

A verdade é que em nenhum momento o Governo Federal deu atenção para o Plano Nacional de Educação. Em nenhum momento a Presidenta Dilma achou que o Plano era uma matéria prioritária. O Ministro (Aloizio Mercadante sempre em discurso frisava: “a minha gestão é a gestão do PNE”. Mas ele mesmo demonstra desconhecimento em relação ao texto do Plano.

A gente vive na educação uma situação bem preocupante, porque saiu um ministro, que era o Fernando Haddad, que dialogava pouco, mas tinha conhecimento do que estava sendo debatido. E entrou um Ministro que, supostamente, tem maior disponibilidade de diálogo, mas que não estuda as leis que estão sendo debatidas no Congresso Nacional. Isso deveria fazer o Governo pensar que precisa ser mais responsável com o debate educacional.

O Pré-Sal resolve a questão da fonte de financiamento para a educação?

Daniel Cara – Sozinho não. A economia brasileira está muito equivocada de depositar todas as suas fichas no Pré-Sal, que é uma fonte de energia baseada no petróleo e nos gases naturais. O petróleo gera uma fonte energética suja e a gente não sabe qual o preço futuro dela. Pode ser que o preço futuro caia, principalmente por conta da pressão e da urgência da sustentabilidade. O resultado disso é que a gente vai investir muito dinheiro para viabilizar o Pré-Sal e não tem certeza o quanto desse dinheiro volta.

Historicamente, a CONTEE sempre defendeu a educação pública. Até que ponto a valorização do trabalhador do setor público, enfatizada no PNE, pode influenciar e melhorar condições de trabalho também no setor privado de ensino?

Daniel Cara – A CONTEE é a entidade mais generosa que existe, porque ela representa o trabalhador do setor privado, mas a grande missão da CONTEE é qualificar o setor público. Isso mostra que sindicalismo é corporativismo, sim. E não tem que ter



vergonha disso! Porque os empresários são totalmente corporativos e utilizam o Estado como uma agência dessa corporação. Utilizam a imprensa como uma grande caixa de ressonância dessa corporação da elite. A CONTEE é uma entidade que defende os seus trabalhadores, mas como missão política e institucional trabalha pelo fortalecimento da escola pública e da educação pública.

Eu acredito que hoje, por incrível que pareça, as pessoas não tem noção do que é o setor privado da educação. O setor privado da educação ainda é avaliado pelas 14 ótimas escolas (da educação básica) que têm em São Paulo, que cobram mensalidades absurdas, e esquecem de observar os milhares de estabelecimentos que cobram mensalidades, que são muito caras para um trabalhador, para um pai de aluno matricular o seu filho, mas

“O Governo não tem jido nobre

que oferecem uma educação de muito pouca qualidade.

Sem dúvida nenhuma, se melhorar o setor público vai melhorar o setor privado. Primeiro porque o setor público vai ser mais atrativo. Então, muitos professores vão poder migrar para o setor público, especialmente nos pequenos municípios e fora dos grandes centros. Segundo que o setor público vai colocar uma faca no pescoço do setor privado, porque, se a matrícula do setor público está começando a ter mais qualidade, porque um pai vai pagar uma escola? Vai começar a gerar um conflito. Na educação básica, qualificar o setor público, obrigatoriamente, vai qualificar o setor privado.

No ensino superior a coisa vai ser mais complicada, porque a qualidade do setor público já é muito superior. O setor privado, fora alguns estabelecimentos que são excelentes, é uma fábrica de diploma, de destruição de sonhos e de evasão.

Eu acho que o PNE, nesse

caso do ensino superior, vai ser pouco operante, porque o lobby do setor privado é tão forte que não permitiu que o PNE determinasse diretrizes de controle social para o setor.

Nesse caso o MEC até tentou. O texto original do PNE, no caso da educação superior, era mais rígido e agora ele ficou mais fluido. Não só o nosso apoio à luta da CONTEE para regular o setor privado ficou frustrado no Plano, como o que o MEC tinha proposto, que ainda era insuficiente, era melhor, em termos de rigidez, do que o que está colocado agora no Plano. A gente vai ter que lutar.

Por exemplo, diminuiu a exigência de mestres e doutores, diminuíram os mecanismos de gestão democrática sobre as instituições de ensino superior. O PNE não criou mecanismos de controle social sobre a transparência dos recursos. E poderia ter avançado naquilo que eu acho que seria o mais revolucionário: estabelecer um controle sobre a financeirização do ensino superior. Isso não frutificou.

O texto do Governo federal até abria algumas brechas para que a gente pudesse estruturar leis específicas, complementares, com caráter mais forte para gerar esse tipo de controle, mas não teve sucesso. Foram brechas fechadas pelo lobby privatista. O que é curioso, porque o MEC abre muitas brechas no texto para o setor privado na educação básica e abre brechas para controlar a educação privada no ensino superior. Porém algumas brechas que foram abertas para a educação básica foram aproveitadas pelo setor privado e as que eram contra o setor privado na educação superior foram fechadas.

No jogo público X privado, o PNE não é uma lei, do jeito que está hoje, que colabora. É algo que temos que resolver no Senado Federal. A grande vitória que a gente teve, e isso tem que ser exaltado, foi a aprovação dos 10% do PIB para a educação PÚBLICA.

“Vai ser muito difícil manter os 10% do PIB para a educação no Senado, mas não é impossível”.



na tramitação do PNE”.

E como que fica a luta do PNE no Senado?

Daniel Cara – A oposição e o governo, dentro da Comissão Especial do PNE, tinham fechado um acordo de que, se a aprovação fosse unânime, como aconteceu, não teria recurso, porque significaria que todos os partidos representados concordaram com a tese dos 10%. Então, se um recurso surgir, ele dá vários sinais. O primeiro sinal é de que o governo trai esse acordo. O segundo sinal é de que a questão do PNE não estava sendo tratada como prioridade pelo conjunto de partidos. Isso significa que o sistema político brasileiro partidário não considera a educação um tema prioritário. É muito bom no discurso e muito ruim na efetividade prática desse discurso, é contraditório.

E o terceiro sinal, que eu acho mais grave, é que o governo demonstra que ele trata educação não como uma área importante para o desenvolvimento do País, mas como um fardo, porque dizer, como disse o Ministro (da Fazenda, Guido) Mantega, que “a educação pode quebrar o Estado”, significa que o Governo não considera que os direitos constitucionais são prioritários em relação à estrutura econômica brasileira.

O Ministro da Educação teve a posição mais contraditória, pois reclamou de mais recursos para a sua própria área. Ao passo de que o ex-ministro, Fernando Haddad, disse que era uma ótima notícia, que seria difícil de cumprir, mas que a Presidenta Dilma não poderia vetar uma vontade do Congresso Nacional.

Agora é um pouco a “hora da verdade”. Hora de ver qual a coerência do governo e de ver qual a prioridade que dá para a educação. Qual o respeito que tem em relação às bancadas da educação e qual o respeito que os partidos têm em relação ao debate da área. A gente vai agora lutar com todas as forças para que o Projeto caminhe diretamente para o Senado, sabendo que no Senado manter os 10% vai ser muito difícil, mas também não é impossível. Já tem alguns senadores que falam que vão votar pelos 10% do PIB – senadores do PMDB, senadores do PCdoB e senadores da oposição. Então, a vida do governo não vai ser tão fácil. Agora, se o governo levar a votação do recurso ao Plenário (da Câmara) e perder, sai moralmente destruído do debate do PNE.



Como imagina que será a tramitação do PNE no Senado Federal?

Daniel Cara – Indo para o Senado, eu prevejo de seis meses a um ano de tramitação, no mínimo. Não é menos do que seis meses e não é mais do que um ano. Porque, vendo que pode perder no Senado, o governo vai tentar protelar. É bom que se diga que a Dilma nunca quis um Plano de Educação. Ela prefere fazer “Brasil Carinhoso”, “Viver sem limites”, programas. Porque os programas dão mais visibilidade e um Plano engessa o Governo em uma estrutura de Estado. Só que ele engessa um governo que tem um programa dito democrático e popular, mas também engessa um governo da oposição, que é conservador. Por isso, o Governo tem que observar que faz parte da grandeza dele construir projetos de Estado. Ele não tem sido grande e não tem sido nobre na tramitação do PNE. **c**

Fitrae MTMS

Articulação entre os sindicatos fortalece Campanha Salarial



A Campanha Salarial nos sindicatos da base territorial da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Fitrae MTMS) foi marcada pela articulação dos sindicatos com a entidade. Em reuniões, na sede da federação, os diretores traçaram estratégias para as negociações.

As mesas de negociações tiveram início em fevereiro e encerraram-se em junho. Os dirigentes sindicais garantiram reajustes acima da inflação (índice de INPC do período).

Convenções Coletivas: Índices Salariais

Sintrae MS: 7%, Sintrae-Sul: 7%, Sintrae VAMT: 5,97%, Sintrae MT: 6,5%, Sintrae Pantanal: 7% e Sintrae SEMT: 6,5%. Veja as convenções no site: www.fitrae.com.br

Entidades filiadas à Fitrae-BC lutam por aumento real de salários

De acordo com a campanha instituída pela CONTEE de aumento real de salários em 2012, a Fitrae-BC, em conjunto com as entidades filiadas, vem desenvolvendo a luta nos seus estados.

Até agora as convenções e acordos coletivos foram bem sucedidos no Ensino Básico. A maioria das entidades conseguiu aumento real de salário acima dos índices da inflação do período e elevação dos valores de hora/aula nos pisos salariais. O percentual de aumento real tem variado de 1,5% a 2%. Alguns sindicatos têm alcançado o abono de até 6%, como foi o caso do Sinproep e do Saep do Distrito Federal.

Em relação ao Ensino Superior a Fitrae-BC e as direções dos sindicatos têm manifestado preocupação

em virtude de a maioria dos estados ainda não terem concluído as suas negociações, tendo em vista que as datas-bases são em maio.

O único estado que já assinou sua convenção foi o SINTEPET, cuja data base é em março. Os demais estão em negociação e as informações são de que os sindicatos patronais estão intransigentes quanto ao aumento real de salários.

Sinpro/RS publica novo levantamento sobre excesso de alunos por turma no ensino privado

No mês de julho, o Sinpro/RS publicou no site www.limitedealunosporturma.com.br, novo levantamento sobre o excesso de alunos por turma praticado por instituições do ensino privado no estado. O estudo, realizado no primeiro semestre deste ano revelou turmas com excesso de alunos em 63 escolas de educação básica e 14 instituições de Educação Superior.

Desde 2010, o Sinpro/RS vem denunciando publicamente o excesso de alunos por turma como um fator de adoecimento dos professores e de prejuízo à qualidade do ensino. “A limitação de alunos em sala de aula é uma luta antiga do Sindicato, que busca anualmente na mesa de negociação com o sindicato patronal um regramento. Com a resistência patronal em discutir o assunto, o Sinpro/RS passou a denunciar o excesso para a sociedade”, expõe Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. “A campanha do Sinpro/RS pela limitação no número de alunos por turma tem conquistado cada vez mais a adesão de pais, que relatam ao sindicato sobre a realidade das instituições onde os filhos estudam”.



O Sinpro/RS reivindica a limitação do número de estudantes por turma com base nos parâmetros abaixo:

Educação infantil:

- 0 a 2 anos: 7 alunos;
- 3 a 4 anos: 15 alunos;
- 5 anos: 20 alunos.

Ensino fundamental:

- Anos iniciais (1° a 5°): 25 alunos;
- Anos finais (6° a 9°): 35 alunos.

Ensino médio:

40 alunos.

Educação Superior:

50 alunos

Sinpro-Rio realiza Fórum da Educação Infantil

No dia 3 de julho, aconteceu no Rio de Janeiro mais uma edição do Fórum Permanente da Educação Infantil (FPEI-RJ), na sede do Sinpro-Rio. A atividade, que teve o auditório lotado, teve mediação da professora Dra. Maria Fernanda Resende Nunes.

Foram abordados os temas: “O Programa Brasil Carinhoso e o acesso das crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil”, por Rita Coelho – Coordenadora Geral de Educação Infantil do MEC – Coedi/MEC; e “Implicações do ProInfantil na política de Educação Infantil no estado do Rio de Janeiro”, abordado pela professora Dra. Patrícia Corsino – UFRJ.

Formação profissional: SAEP-DF busca parceria com Instituto Federal de Brasília

O SAEP-DF está em negociação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) para construir uma parceria para ofertar cursos de formação para os auxiliares de educação do Distrito Federal.

Segundo o diretor da entidade Mário Lacerda, “a falta de formação técnica e profissional é uma preocupação do Sindicato. Nossa categoria paga muito caro com a rotatividade e é nossa missão estancar a demissão e incentivar a formação”. De acordo com Lacerda, “o SAEP quer ser um canalizador do instituto. Nós entendemos que a formação é para essa pessoa ter condições de voltar para o mercado de trabalho”.

Desde 2008, o Instituto é referência em cursos e programas de formação inicial e continuada, bem como nas áreas de educação profissional técnica, de nível médio, além de graduação e pós-graduação. Atualmente, o IFB tem nove unidades no DF localizadas em Brasília, duas em Taguatinga, Gama, Planaltina, Samambaia, Riacho Fundo, São Sebastião e Estrutural. Cada uma com abrangência nas necessidades específicas de cada região.

Esta é mais uma bandeira do SAEP-DF, comprometido com a educação, formação e valorização do trabalhador.

Arquivo Saep-DF



Mário Lacerda, diretor do SAEP, em reunião com a reitoria do IFB

As negociações 2012 na base da FITEE

As negociações no ano de 2012 na base da FITEE – Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, como em todo o País, foram marcadas pela intransigência dos empresários da educação que, privilegiando os seus lucros, buscavam retirar direitos dos trabalhadores.

A Federação e os seus Sindicatos abraçaram, desde o início, a campanha de negociação da CONTEE e elegeram como foco, em Minas Gerais e no Espírito Santo, o “ganho real com a valorização do profissional de educação”.

As negociações em Minas Gerais foram mais complexas, por serem realizadas diante de cinco sindicatos patronais. Todavia, após finalizadas as negociações, com muita luta dos seus Sindicatos, o saldo foi positivo na base da Federação. As negociações com todos os SINEPES garantiram o ganho real médio de 1,5 %, além de melhoria nos pisos das categorias.

No estado do Espírito Santo, existe somente um sindicato patronal. E ambas as categorias, tanto de professores como de auxiliares de administração escolar, assinaram convenção coletiva com ganho real de 1% acima da inflação acumulada do período, medida pelo INPC/ IBGE. Não foi o que ansiava a categoria e o Sindicato, mas foi o possível, em meio uma crise mundial. Além disso, os dois sindicatos garantiram ganhos substanciais nos pisos das categorias.

Os Sindicatos da base da FITEE pretendem manter o processo de negociação constante com os sindicatos patronais como forma mais eficiente de garantir e ampliar direitos.

Sinpro-SP

Sinpro-SP: nova programação de cursos da Escola do Professor

O SINPRO-SP apresentou a programação dos cursos da Escola do Professor para o segundo semestre. De agosto a novembro, serão 28 atividades de diferentes áreas e disciplinas com o objetivo de oferecer oportunidades de aprimoramento e de reflexão sobre a prática docente.

Os cursos discutem questões como alfabetização, aprendizagem, inteligências múltiplas, estímulo à leitura, educação física escolar, bullying, ensino de frações e uso do cinema na prática escolar. Há também opções dirigidas aos cuidados pessoais do professor. Entre elas: curso sobre administração do tempo e oficinas de comunicação e voz.

Dois linhas temáticas se destacam. A primeira diz respeito à educação inclusiva. Durante o semestre a equipe da APAE de São Paulo vai tratar de questões como mitos e verdades da deficiência intelectual, estimulação das crianças, capacitação para cuidadores, defesa e garantia de direitos e propostas para elaboração de projetos pedagógicos.

A segunda linha temática aborda o uso das novas tecnologias na educação. A professora e pesquisadora Marcela Cristine Rossetti Augusto vai discutir conceitos, propostas e ideias para que os docentes possam desenvolver atividades e estabelecer novos usos para as ferramentas digitais. Entre os tópicos: a relação entre ética, educação e redes sociais, o uso dos blogs, edição de vídeos digitais e novos usos para powerpoint.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h30. Informações por e-mail (cursos@sinprosp.org.br) ou telefone (5080-5974). Confira a programação completa no livreto virtual no site da entidade: www.sinprosp.org.br

Fiscalização para o preenchimento *de 30% das vagas por mulheres*



O Brasil tem muito a avançar. A participação política das mulheres ainda necessita de ações afirmativas para que seja estimulada e garantida.

Os partidos que descumprirem a exigência legal de preencher pelo menos 30% das vagas nas eleições municipais de outubro com mulheres enfrentarão uma dura campanha contrária no pleito. Os procuradores eleitorais de todo o país irão pedir a impugnação das chapas que não preencherem as cotas femininas.

“Estamos tentando fazer um movimento em todo o Brasil para acabar com o machismo eleitoral”, explicou um dos idealizadores da ação, o promotor eleitoral Francisco Dirceu de Bar-

ros. Ele já acionou mais 1,2 mil promotores eleitorais para formar um grupo nacional que fiscalize o cumprimento da Lei da Ficha Limpa, que estabelece o preenchimento mínimo de 30% das vagas para um dos sexos. Isso significa que nenhum dos dois sexos pode ocupar mais que 70% das vagas em uma chapa.

Segundo Barros, que também é autor do livro *Direito Eleitoral*, da editora Campus/Elsevier, atualmente a participação feminina na Câmara, por exemplo, alcança apenas 9%. A proporção, de acordo com ele, é muito inferior à de outros países – na Argentina as mulheres ocupam 40% dessas vagas, na Holanda, 39% e em Ruanda, 48%. “Hoje é vergonhosa a participação feminina. O Brasil ocupa a posição 146 em relação ao resto do mundo.”

O promotor explica que uma mudança na lei passou a obrigar os partidos ou coligações a preencherem 30% das vagas de candidatos para as mulheres – ou para os homens, caso 70% dos candidatos tenham sido do sexo feminino. Antes, segundo ele, os partidos só eram obrigados a reservar as vagas. Com isso, eles burlavam a legislação não preenchendo o espaço destinado às cotas e lançando apenas candidatos homens.

A campanha liderada por Barros quer agora fazer com que a lei seja cumprida ou os partidos, punidos. “A Lei da

Ficha Limpa mudou a expressão de reservar para preencher. Do número de vagas resultantes da coligação, cada partido ou coligação obrigatoriamente preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidatos de cada sexo. É uma cláusula compulsória de obrigatoriedade para registrabilidade. Se o partido não preencher, a consequência vai ser o indeferimento geral de todos os registros”, explica Barros.

O promotor explica ainda que ao receberem o registro de candidaturas os próprios juizes eleitorais podem detectar problemas no cumprimento das cotas e dar prazo de 72 horas para que os partidos façam a adequação. Caso o juiz não peça, o Ministério Público ou os próprios partidos políticos adversários podem mover a ação pedindo a impugnação da chapa.

Sobre o argumento de que não há mulheres suficientes interessadas em se candidatar, o promotor diz que o que falta é vontade política dos partidos. “Estive com todos os partidos [das cidades de Correntes e Lagoa do Ouro, em Pernambuco, onde é promotor eleitoral] e ouvi deles que não tinham mulheres suficientes para o preenchimento do percentual. Quando eu alertei que iria pedir a impugnação em duas horas, eles conseguiram as mulheres para serem candidatas”, conta Barros.

Por fim, o promotor alerta que o Ministério Público estará atento a outras tentativas de fraudes como candidatas que renunciam ao pleito depois de feito o registro eleitoral ou candidatas que não têm nenhum voto, nem mesmo o delas. No primeiro caso, segundo ele, é obrigatório que, em caso de renúncia, a vaga seja preenchida por outra pessoa do mesmo sexo. No segundo, o promotor alega que se ficar caracterizada a fraude por candidatas que entraram na chapa mas não fizeram campanha e não conseguiram nenhum voto, o Ministério Público irá pedir a cassação dos diplomas eleitorais em dezembro. **c**

Fonte: Agência Brasil

Participação feminina na Câmara dos Deputados

Brasil: 9%

Argentina: 40%

Holanda: 39%

Ruanda: 48%

Fonte: Direito Eleitoral (Editora Campus/Elsevier)

Proibição de *retrocesso social*

Por Trajano Jardim*



**Artigo
compartilha
vitória jurídica
conquistada
pelos
trabalhadores em
estabelecimentos
de ensino que
trata da proibição
de retrocesso
social.**

Na mediação realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), na audiência entre o Sinproep e o SESC-DF, diante da intenção da instituição de retirar direitos consagrados no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), firmado entre as partes por três anos seguidos, a Excelentíssima Procuradora Paula de Ávila e Silva Porto Nunes, expôs a tese de “proibição de retrocesso social, consagrada universalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. Este argumento pouco utilizado, ou pelo menos, pouco conhecido ou utilizado pelas entidades de trabalhadores durante as negociações, deveria ser amplamente divulgado.

Não poucas vezes tem se visto, em diversas negociações, impasses entre empregados e empregadores, pela intenção destes de retirar conquistas consagradas nas suas Convenções Coletivas. Na audiência de conciliação com o SESC, a posição da Procuradora do MPT em defesa da proibição de re-

trocesso foi determinante para demover os padrões da sua intenção inicial.

Em um estudo do professor Paulo Cezar Jacoby dos Santos, juiz da Vara do Trabalho, está consignado que “Encontram-se positivados constitucionalmente (CF/88) no Brasil o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, além dos demais direitos fundamentais”. O ponto nevrálgico, continua Cezar Jacoby “é saber, é até que ponto pode o legislador infraconstitucional reformar, flexibilizar ou desregular direitos já garantidos constitucionalmente”. (Saiba mais em: <http://jus.com.br/revista/autor/paulo-cezar-jacoby-dos-santos>)

Com base na dúvida do “até que ponto”, vários setores conservadores defensores da visão neoliberal de desregulamentação e flexibilização, têm investido pesadamente na supressão total dos direitos sociais dos trabalhadores.

As entidades de trabalhadores não podem abrir a guarda diante dessas intenções retrógradas. Devem, a partir da sua imprensa, divulgar o preceito estabelecido constitucionalmente do “direito adquirido” e não permitir retrocessos nas suas conquistas. Defender o que a Constituição brasileira de 1988, implicitamente veda a supressão ou a redução de direitos fundamentais sociais a níveis inferiores aos já alcançados e garantidos por uma categoria.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 – consagrada de um Estado social e democrático de direito no país - reconheça os direitos sociais como direitos fundamentais e estabeleça ser inatingíveis em face das denominadas cláusulas pétreas, vários preceitos foram desconstruídos por meio de legislação infraconstitucional, situação que busca facilitar a sua redução ou supressão mediante quorum parlamentar reduzido, o que leva, em alguns casos, quando isso ocorre, ao esvaziamento do princípio constitucional a eles estabelecidos.

A definição dada pela procuradora do MTP na audiência de conciliação com o SESC-DF, arguindo a ilegitimidade do “retrocesso social” como uma ação antisocial e que fere o estado de direito previsto na Constituição de 1988, encontra respaldo no estudo do Juiz do Trabalho Titular na 12ª Região (SC), Narbal Antônio Mendonça Fileti, que na mesma linha de raciocínio defende “o conteúdo do princípio da proibição de retrocesso social está centrado na possibilidade de reconhecimento do grau de vinculação do legislador aos ditames constitucionais relativos aos direitos sociais, significando

que, como já afixado anteriormente, uma vez alcançado determinado grau de concretização de uma norma constitucional definidora de direito social - aquela que descreve uma conduta, omissiva ou comissiva, a ser seguida pelo Estado e por particulares - , fica o legislador proibido de suprimir ou reduzir essa concretização sem a criação de mecanismo equivalente ou substituto”. (Saiba mais em: <http://jus.com.br/revista/autor/narbal-antonio-mendonca-fileti>)

A manutenção dos direitos fundamentais sociais - termo utilizado como sinônimo de direitos econômicos, sociais e culturais - conquistados, nos parece um dos maiores desafios para a classe trabalhadora em meio a crise estrutural da economia de mercado e fazer valer a intangibilidade em face de se constituir cláusulas pétreas.

Nesse sentido, é importante que os meios técnico-jurídicos das entidades sindicais busquem formas de impedir a redução desses direitos, da sanha daqueles que defendem a política neoliberal e o pensamento de que se faz necessário diminuir o custo Brasil com a supressão de direitos sociais conseguidos pelos trabalhadores. Fonte: Jornal Valor Econômico, com informações da redação. ◀



** Jornalista, Diretor de Comunicação do Sinproep-DF, Coordenador do Conselho de Comunicação da Fitrae-BC, Professor Universitário e Pós-Graduado em Docência no Ensino Superior.*

5º ESNA: unidade na luta contra o capitalismo

Arquivo CONTEE

CONTEE debate PNE na APROPUC

O debate sobre o Plano Nacional de Educação, realizado em conjunto pela Associação dos Professores da PUC Campinas (APROPUC) e a Faculdade de Educação, no dia 9/05, contou com uma participação importante de professores da rede pública e da universidade, além de estudantes de diversos cursos.

O evento teve como palestrante a professora doutora Madalena Guasco Peixoto, docente da Faculdade de Educação da PUC – São Paulo e Coordenadora Geral da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), e como moderadora a Professora Doutora Luzia Siqueira Vasconcelos da Faculdade de Educação e Diretora do Centro de Ciências Humanas Sociais Aplicadas (CCHSA) da Puc – Campinas.

Os debates em torno do PNE foram muito ricos, apontando exatamente os principais desafios que estão colocados para a aprovação do PNE construído pela sociedade civil organizada no Congresso Nacional de Educação – CONAE.

A Apropucc considera que o evento foi um sucesso por ter reunido mais de 300 pessoas e por ter demonstrado mais uma vez que a realização de importantes debates na universidade deve ser feita em parceria com faculdades e centros, com o objetivo de envolver cada vez mais a comunidade nos temas de interesse da sociedade e da comunidade universitária.

Fonte: APROPUC



O 5º Encontro Sindical Nossa América (ESNA) conclamou os povos da região a unidade na luta pela construção de um novo sistema político e social, anticapitalista e orientado pelo socialismo, respeitando as particularidades nacionais.

A atividade reuniu dirigentes sindicais de toda a América, entre os dias 21 e 23 de maio de 2012, nas instalações do Sindicato Mexicano de Electricistas (SME), na Cidade do México, Distrito Federal. A CONTEE participou da atividade, sendo representada pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro; pelo Secretário de Assuntos Jurídicos, João Batista da Silveira; e pelo diretor Wellington Teixeira.

Os dirigentes da Confederação acompanharam os debates e exposições feitas pelos dirigentes sindicais da região, compartilhando também com os companheiros presentes as experiências, lutas e reivindicações dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino brasileiros. A Secretária Geral da CONTEE destacou a importância da união dos trabalhadores em torno da luta contra a mercantilização da educação, afirmando: “a educação é um direito e não privilégio”.

Além das atividades do 5º ESNA a delegação brasileira visitou o acampamento dos professores e trabalhadores em educação. Cristina Castro acompanhou a visita e manifestou a solidariedade da CONTEE, destacando a importância da luta pelo direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

X Seminário de Campanha e Negociação Salarial 2012

Representantes das entidades filiadas à CONTEE participaram do X Seminário de Campanha e Negociação Salarial, realizado no dia 14/06, em São Paulo/SP. Durante a atividade foi feito um balanço geral das negociações e uma avaliação da ação nacional idealizada pela Confederação – em conjunto com as entidades – e que teve como tema: “Tem algo errado no ensino privado”.

O Seminário foi aberto pelo Secretário de Organização e Políticas Sindicais da CONTEE, Fábio Zambon. Em seguida, houve uma breve apresentação dos dados da Campanha nas redes sociais e relato da experiência do Blog da Campanha – feito pelo publicitário Fernando Waschburger e pela assessora de comunicação da CONTEE, Daniele Moraes.

A apresentação dos principais resultados das negociações coletivas de 2012 foi realizada pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro. A dirigente lembrou que algumas entidades ainda estão em processo de negociação e que “em agosto a CONTEE irá elaborar um relatório completo sobre as

negociações, que servirá de subsídio para que todas as entidades tenham acesso às informações do que está acontecendo no Brasil inteiro”. Após a apresentação dos resultados, os representantes das federações e sindicatos filiados presentes falaram sobre detalhes das rodadas de negociações, desafios e vitórias.

Para Zambon, “a campanha salarial de 2012 ultrapassou as expectativas da Confederação. A nossa intenção, após nove Seminários de Campanha Salarial, era começar a organizar os sindicatos em nível nacional. E nós tivemos uma organização muito marcante, que resultou no fato de que a grande maioria, eu acho que a totalidade, das entidades conseguiu aumento real e outras conquistas. Isso é um começo, para que no ano que vem a gente tenha uma Campanha Salarial ainda mais forte e unitária”.

Na opinião do dirigente, a Campanha Tem algo errado no ensino privado fez com que o patronato recuasse um pouco. Embora afirme que “as campanhas continuam duras, difíceis. O patronal é radical, não sede em absolutamente nada. Mas estamos no caminho. O avanço desse ano já foi significativo”.



Daniele Moraes/Arquivo CONTEE

X Seminário de Campanha Salarial reúne dirigentes sindicais de todo o Brasil

Diretoria plena da CONTEE aprova apoio à greve nas federais



A diretoria plena da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE, reunida em São Paulo/SP, nos dias 15 e 16 de junho, aprovou apoio à greve dos trabalhadores em Universidades Federais, em consonância com o movimento que envolve as entidades nacionais de educação de professores, estudantes e trabalhadores técnicos e administrativos.

A luta por uma educação pública, de qualidade, para todos e todas é bandeira histórica da CONTEE, que encontra eco na defesa das Instituições Federais de ensino. Para isso, é indispensável que haja melhoria das condições de trabalho, infraestrutura, com maiores investimentos na qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

A Confederação manifestou sua solidariedade aos trabalhadores em greve e cobrou o atendimento de suas justas reivindicações por parte do Governo Federal.

TV CONTEE Online

A TV CONTEE Online apresentou importantes discussões sobre conjuntura nacional e o cotidiano dos professores no último período. Em junho, o Programa falou sobre a instalação da Comissão da Verdade, ocorrido no dia 16/05. O grupo empossado reúne juristas, ex-ministros e intelectuais e tem como missão apurar as violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1946 e 1988 no País.

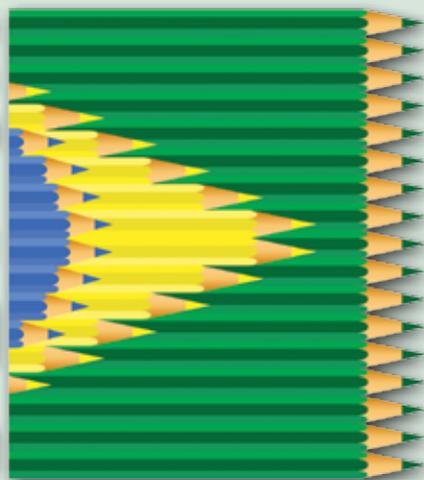
Já no mês de julho, a pauta da TV CONTEE foi a saúde do professor, destacando os principais problemas enfrentados no dia-a-dia dos docentes, com destaque para as questões da voz e da saúde mental.



Apresentado o tema do 8º CONATEE

8º CONATEE

**Educação como prioridade:
o desafio para o Brasil
que se desenvolve**



No mês de julho, foi apresentado o tema do 8º Congresso da CONATEE. A principal atividade deliberativa da Confederação acontecerá em São Paulo/SP, nos dias 31 de agosto e 1º e 2 de setembro, nas dependências do Hotel Bourbon Convention Ibirapuera (Avenida Ibirapuera, 2927 – Moema).

O tema do fórum é “Educação como prioridade: o desafio para o Brasil que se desenvolve”. Com inscrições abertas entre 12 e 30 de julho, no Portal da entidade, o 8º CONATEE, entre outras questões, debaterá: Conjuntura Internacional e Nacional; Balanço da Gestão e Plano de Lutas; Prestação de Contas / Sustentação Financeira; Organização e Relações Sindicais; Relações Internacionais; Conjuntura Educacional; Reformulação Estatutária; e Eleição para nova Diretoria e Conselho Fiscal.

Para dúvidas e outras informações acesse o Portal da CONATEE www.contee.org.br ou envie mensagem eletrônica para: contee@contee.org.br

Todas pela igualdade *de gênero*

Jordana Mercado



O I Encontro de Formação de Mulheres da CONTEE, CNTE e IEAL aconteceu em São Paulo/SP no mês de junho e reuniu lideranças sindicais de todo o País.

Mulheres de todo o Brasil se reuniram em São Paulo/SP, entre os dias 21 e 23 de junho, para participar do I Encontro de Formação de Mulheres – atividade organizada em parceria pela CONTEE, CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e IEAL (Internacional da Educação para a América Latina). A Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro, e a Secretária de Formação e Políticas Sociais, Rita Fraga Zambon, também prestigiaram a atividade.

Com o tema “Todas Pela Igualdade de Gênero”, o Encontro teve como objetivo traçar uma linha comum entre as entidades filiadas à IEAL no Brasil em relação às discussões de gênero, a fim de lutar por políticas

públicas voltadas para uma sociedade igualitária, justa e emancipada.

Na abertura da atividade, a Secretária de Relações de Gênero da CNTE, Isis Tavares Neves, saudou as participantes relembrando a trajetória de luta e as conquistas femininas ao longo das últimas décadas e destacando a eleição da primeira mulher Presidenta do Brasil.

A Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, falou sobre a importância das entidades fortalecerem sua parceria e caminharem em conjunto nas suas ações de valorização da mulher, apontando o Encontro como um “pontapé inicial” nesse sentido.

Já a Secretária de Relações Internacionais da CNTE e vice-presidente da IEAL, Fátima Aparecida da Silva, parabenizou as companheiras pela iniciativa, que, segundo ela, contribuiu para a efetivação de uma política que vem sendo estabelecida pela IEAL e colocada em prática pelas entidades filiadas.

No primeiro dia de atividades, as participantes puderam ouvir as contribuições e debater com as palestrantes Raquel Felau Guisoni, Mara Luzia Feltes e Liege Rocha – abordando aspectos relevantes sobre a história da emancipação feminina no Brasil; as origens da opressão; militância; e políticas públicas para a mulher.

Raquel Guisoni da União Brasileira de Mulheres (UBM) fez um regate histórico sobre a origem da opressão de gênero, convidando as companheiras a uma reflexão sobre o modelo de emancipação almejado e alertando sobre o fato de que o feminismo emancipacionista objetiva a emancipação humana, com mulheres e homens efetivamente livres, e “não pode ser entendida apenas como autonomia econômica, afetiva, sexual em relação aos homens”.

Mara Luzia Feltes, representante do DIEESE e CUT/RS, defendeu que o comportamento discriminatório é construído socialmente e trouxe à tona diversas mulheres ícones da luta pela emancipação feminina. Apontou a participação das mulheres como protagonistas em agendas recentes como: o processo de redemocratização do país; o reconhecimento do papel social da maternidade (creches e licença-maternidade); direitos trabalhistas; direitos civis (casamento, inclusive entre casais homoafetivos); e contra a violência.

Já no segundo dia de atividades, Liege Rocha, membro da diretoria executiva nacional da UBM, pontuou o fato da trajetória das mulheres na história do País ser “invisível” e abordou o tema “planejamento familiar”, cobrando, enfaticamente, a defesa de um Estado laico – condição primordial para definição de políticas públicas. “As conquistas das mulheres sempre aconteceram em períodos marcados pelo

aumento de democracia, sob pressão das próprias mulheres e contando com apoio do pensamento avançado da sociedade.”

Por fim, Vera Soares, Subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), iniciou sua contribuição realizando uma dinâmica envolvendo todas as presentes. Nessa dinâmica, para avaliar os espaços de poder, eram colocadas profissões que deveriam receber a designação “de homem” ou “de mulher” e ao final uma reflexão sobre os atributos observados para designar o gênero a cada profissão. Dessa forma, ela trabalhou e demonstrou como desigualdades históricas povoam o inconsciente mesmo das mulheres que estão nas linhas de frente do movimento feminista e atrasam a conquista do direito pleno de serem sujeitos da história. Finalizou sua contribuição dizendo: “um país que quer ser democrático não pode excluir as mulheres.”

Ao final, o Encontro de formação contou ainda com debates em grupos sobre os temas abordados durante as palestras. Foram quatro reuniões e o resultado dessa atividade foi apresentado a todas, expondo as contribuições, encaminhamentos e conclusões dos grupos. **c**

Colaborou Jordana Mercado

Na pauta *Positiva*

Veja aqui importantes avanços sociais que merecem destaque:

Câmara aprova 10% do PIB para educação

Após longo período de tramitação, entre avanços e retrocessos, a Comissão Especial designada para acompanhar o Projeto de Lei que cria o novo Plano Nacional de Educação aprovou, no dia 27/06, a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para educação, em até dez anos. O índice é uma reivindicação histórica dos movimentos nacionais de educação.

Pelo texto aprovado por unanimidade, o governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB na área nos primeiros cinco anos de vigência do plano e 10% ao final de dez anos.

Se não houver recurso, a matéria segue para apreciação do Senado Federal. Por lá a luta continua, com expectativa de que a tramitação se estenda por mais um longo período.

Com informações da Agência Brasil

TRT/RS tem decisão favorável sobre a Contribuição Assistencial

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre/RS, por sua 6ª Turma, em recente decisão, proferida no Processo N. 0000522-2011.5.04.0461 RO – tendo por recorrente o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado da Região da Serra do Estado do Rio Grande do Sul – SINTEP-SERRA/RS, estabeleceu que as contribuições previstas em instrumentos coletivos de trabalho são devidas por todos os integrantes da categoria, independentemente da condição de associado ou não.

Segundo a referida decisão, é lícito o desconto da “contribuição de dissídio/taxa de reversão”, prevista na Convenção Coletiva de Trabalho de 2010/2011, objeto da discussão judicial, sobre o salário de todos os

empregados da empresa reclamada, independentemente da condição de associados.

Esta Decisão resgata a liberdade de organização sindical, garantida no Art. 8º, da Constituição da República, bem assim, a prerrogativa, dada aos sindicatos, pelo 511, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de cobrar contribuições de todos os integrantes da categoria e não apenas dos associados. E o que é de fundamental importância, nega validade ao famigerado Precedente Normativo N. 119, do TST. Por tudo isso, a comentada Decisão merece ser debatida, divulgada e utilizada como argumento de defesa, quer perante o Ministério Público, quer perante a Justiça do Trabalho.

Colaboraram José Geraldo Santana e Oliveira e Adailton da Rocha Teixeira

Desafios para a *nossa luta*

Os desafios sociais brasileiros são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exige atenção redobrada:

10% do PIB: reação do Governo decepciona e preocupa

A reação do Governo federal após a aprovação da destinação de 10% do PIB para a educação, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que acompanha a tramitação do Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação decepcionou as entidades nacionais de educação.

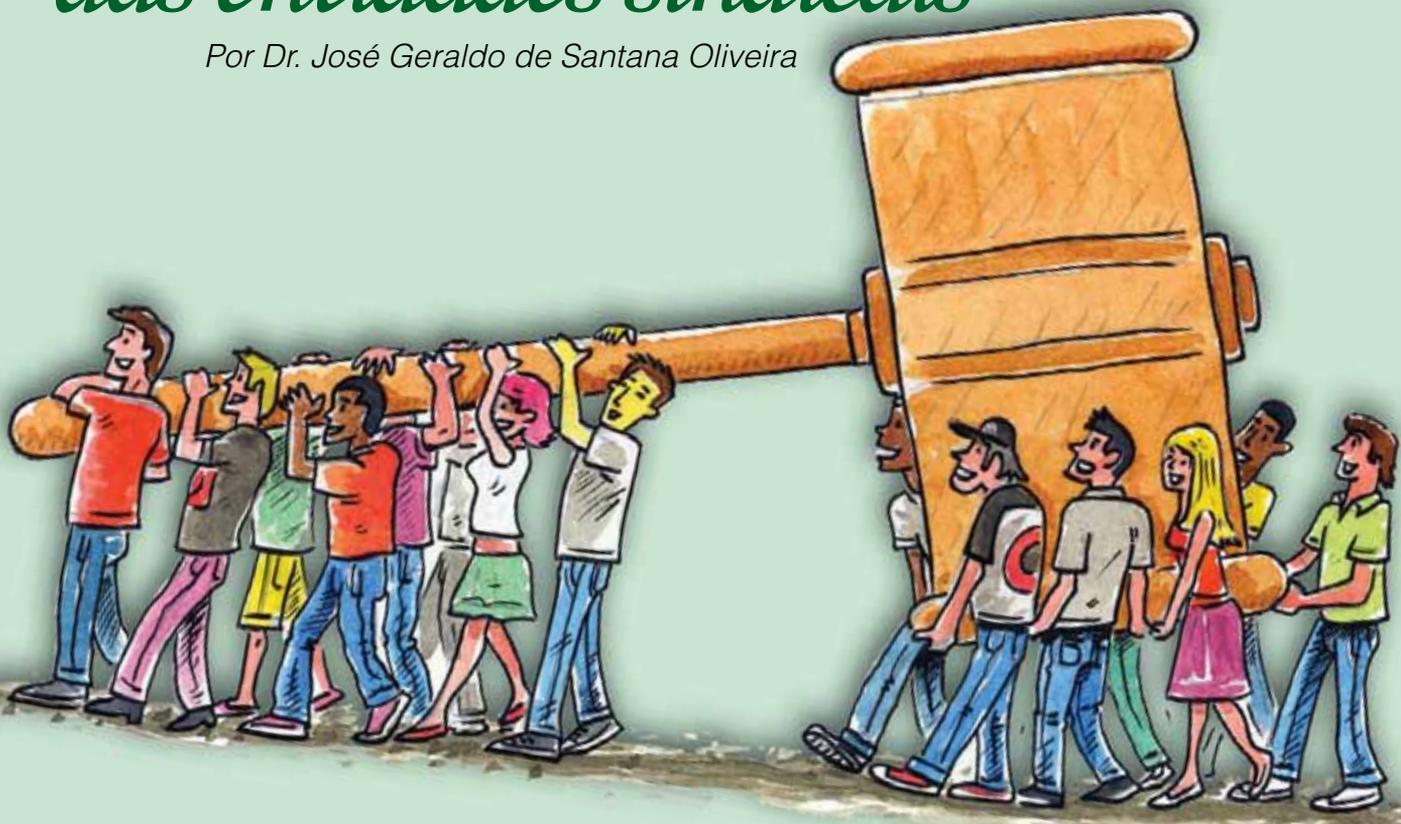
Ainda que todo o processo de negociação da matéria tenha sido difícil, justamente, em função da pressão do Governo — que propôs a meta de investimento de apenas 7% do PIB em 10 anos —, as declarações do Ministro da Educação, do Ministro da Fazenda e da Presidenta Dilma preocupam.

O Ministro Aloizio Mercadante afirmou ser difícil atingir a meta de 10%, estranhamente se colocando contra a destinação de mais verbas para o seu próprio ministério. A Presidenta Dilma Rousseff falou em tomar cuidado com as “aventuras fiscais” — declaração amplamente repercutida pela mídia conservadora. E o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou ao ponto de afirmar que a medida seria capaz de “quebrar” o Brasil.

A CONTEE e as demais entidades que se organizaram na construção e realização da histórica Conferência Nacional de Educação (CONAE), hoje reunidas no Fórum Nacional de Educação (FNE), demonstram preocupação com a posição do Governo. Posição essa que vai de encontro às bandeiras historicamente defendidas e até mesmo aos compromissos assumidos pela própria Presidenta, quando de sua campanha eleitoral.

O coletivo jurídico e os desafios *das entidades sindicais*

Por Dr. José Geraldo de Santana Oliveira



Os ricos debates realizados pelo coletivo jurídico da Confederação dão oportunidade de importantes trocas de experiências entre os responsáveis pelos departamentos jurídicos das entidades filiadas.

Segundo a mitologia grega, Sísifo, considerado pelos deuses o mais astuto, dentre os mortais, por enganar a morte, por duas vezes, foi condenado a, eterna e cotidianamente, rolar uma pesada pedra até o topo de uma montanha, sendo que mal chegava a seu destino e a pedra rolava de volta, até o pé da montanha: recomecendo a sua labuta.

A luta diária dos trabalhadores brasileiros e das entidades sindicais que os representam assemelha-se à maldição de Sísifo, apesar de nenhum deles haver enganado a morte, ou quem quer que seja. Ao contrário, por dezenas de anos a fio, são vítimas de promessas e de medidas enganosas, que, quase sempre, visam a prejudicar as suas já parcas condições de trabalho.

Raramente, o Brasil se depara com uma medida política ou judicial de alcance social relevante, isto é, que tenha por objetivo a busca do bem estar e da justiça sociais, preconizados pelo Art. 193, da Constituição da República, como sendo os objetivos da ordem social brasileira.

Ao reverso, com frequência, deparam-se como medidas administrativas, legislativas e judiciais que os prejudicam.

Com a finalidade de assessorá-la, no enfrentamento cotidiano dos desafios que se lhe apresentam, a CONTEE criou, há alguns anos, um grupo de trabalho, que é chamado de Coletivo Jurídico, composto por seus assessores jurídicos e os das entidades a ela filiadas, alguns de seus diretores, e por todos os dirigentes sindicais que se interessem pelos assuntos em debate.

Hoje, sob a vigilante e competente coordenação do Secretário para Assuntos Jurídicos, João Batista, o Coletivo Jurídico da CONTEE fortalece-se a olhos vistos e as suas reuniões e orientações ganham corpo e dimensão, pois, nele, todos os assuntos de interesse da entidade são objeto de debate e de propostas concretas.

A última reunião do Coletivo Jurídico teve lugar aos 13 de junho próximo passado, na sede do Sinpro-SP. À oportunidade, foram debatidos, de forma razoavelmente aprofundada, alguns dos temas, melhor seria dizer desafios, que estão na ordem do dia de todas as entidades sindicais.

Constaram da pauta da referida reunião os seguintes pontos: 1) Instrução Normativa N. 1/2011, do Ministério do Trabalho, que visa a regulamentar o Plano de Contas das entidades sindicais; 2) Teletrabalho, regulado pela Lei N. 12.551/2011, que altera o Art. 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); 3) Projeto de Lei da Câmara Federal N. 951/2011, que trata do chamado Simples Trabalhista; e 4) Nota Técnica N. 184/2012, do Ministério do Trabalho e Emprego, que contém orientações sobre a aplicação do aviso prévio proporcional, previsto na Lei N. 12.506/2011.

Ao final dos intensos e profícuos debates, realizados ao longo do dia, os participantes, à unanimidade, aprovaram as conclusões abaixo, que foram encaminhadas à CONTEE, como sugestões orientadoras.

1) Quanto ao plano de contas das entidades sindicais:

1.1 A tentativa de regulamentar o Plano de Contas das entidades sindicais e a de exigir-lhes a prestação pública delas caracterizam-se como inconstitucionais, encontrando óbice insuperável no Art. 8º, inciso I, da Constituição da República, que veda a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical.

1.2 Por isso, as entidades sindicais, de todos os graus, devem rejeitar qualquer ingerência em sua administração, pois que as suas obrigações são com os trabalhadores que representam e não com órgãos do Poder Público.

1.3 Na hipótese de se concretizarem as exigências retroapontadas, as en-



Dr. José Geraldo de Santana Oliveira é assessor Jurídico da CONTEE, da Fitrae-BC, Fitrae-MT/MS, do Sinpro-GO, do Sintrae-MS e do Sintrae-MT

**A CONTEE
deve solicitar
audiência
com o novo
Ministro do
Trabalho, com
a finalidade de
demonstrar-lhe
a inconstitucio-
nalidade da
pretensão.**

tidades, além de não se submeterem a elas, devem, por meio da CONTEE, questioná-las, perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Adpf).

1.4 A CONTEE deve solicitar audiência com o novo Ministro do Trabalho, com a finalidade de demonstrar-lhe a inconstitucionalidade da pretensão.

2) Quanto ao teletrabalho, entendeu-se que se faz necessária e inadiável a realização de seminário nacional, com a finalidade de discuti-lo, abordando-se, de forma circunstanciada: a)a norma aplicável aos contratos de trabalho, hipoteticamente, celebrados em uma cidade ou Estado, com prestação de serviço em outro(a) distinto(a); b) a regulamentação do direito de imagem, buscando-se referenciais em outros ramos do Direito; e c) a regulamentação do trabalho, realizado fora de classe, por meio eletrônico.

3) Quanto ao Projeto de Lei N. 951/2011, que trata do simples trabalhista: concluiu-se que ele fere os princípios constitucionais da valorização do trabalho (Art. 1º, inciso III, e 170, da CF), da isonomia (Art. 5º, caput, da CF), e o primado do trabalho (Art. 193, da CF), devendo ser questionado em todas as instâncias administrativas e judiciais, se for o caso.

3.1 Para tanto, sugere-se o envio de posicionamento escrito, contrapondo-se, de forma veemente a tal Projeto, assinado pela CONTEE e por todas as entidades a ela filiadas, aos 513 (quinhentos e treze), deputados, dando-se ênfase aos que compõem a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social, onde tramita, em caráter conclusivo; bem assim, autorizar, desde logo, a Secretaria de Assuntos Jurídicos a ajuizar Adpf, caso o mencionado Projeto venha a ser aprovado.

3.2 Promover manifestação em Juiz de Fora, terra do Deputado autor do Projeto, Júlio Delgado, com o propósito de dar publicidade aos seus cristalinos objetivos de suprimir direitos dos trabalhadores de micros e pequenas empresas.

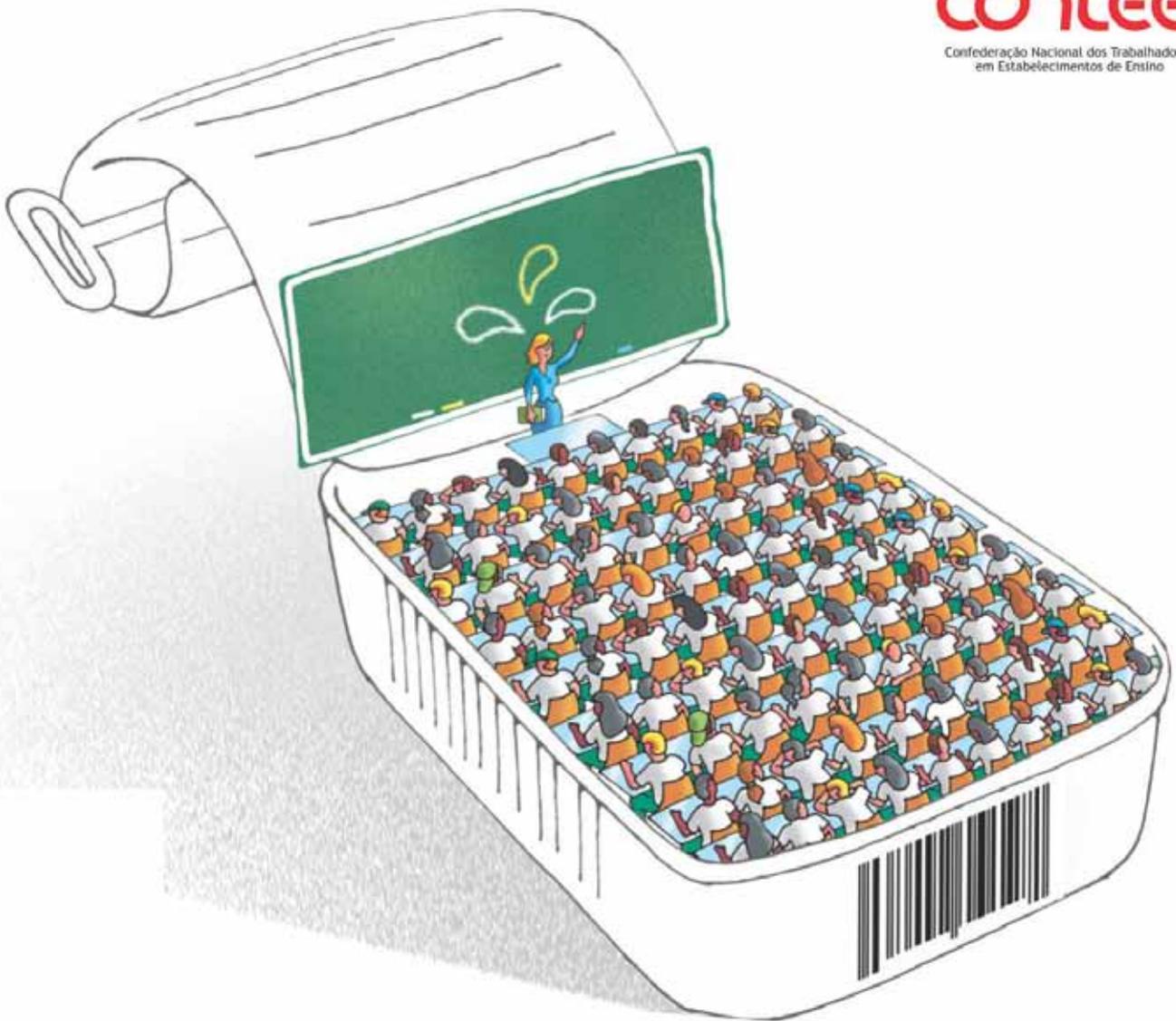
4) Quanto ao aviso prévio proporcional: A CONTEE e as entidades as ela filiadas devem apoiar a Nota Técnica N. 184/2012, do MTE, exceto quanto ao item que trata do cumprimento do aviso prévio (número de dias a ser trabalhado, durante o aviso), pois que o entendimento nela explicitado é restritivo e não guarda sintonia com a proporcionalidade, assegurada pelo Art. 7º, inciso XXI, da CF, e 1º, da Lei N. 12.506/2011.

4.1 No caso de cumprimento de aviso prévio, com duração de 90 (noventa) dias, o empregado tem a obrigação

de trabalhar 69 (sessenta e nove), haja vista ser esta a única interpretação razoável. Isto porque, em caso de aviso prévio, com duração de 30 (trinta) dias, o Art. 488, Parágrafo único, da CLT, assegura ao empregado, que o recebe, o direito de cumprir apenas 23 (vinte e três), trabalhando, durante eles, a jornada completa.

4.2 A CONTEE e as entidades a elas filiadas devem rejeitar, com veemência, toda e qualquer entendimento de que há reciprocidade na proporcionalidade do aviso prévio, pois que isto é incabível e fere todos os princípios constitucionais, inculpidos no Art. 5º, caput, 7º, caput, e inciso XXI, da CF, e 1º, da Lei N. 12.506/2011; bem assim, deve antecipar-se a esse nefasto debate, explicitando de forma clara a sua posição, em âmbito nacional, quer administrativa, quer judicialmente.

4.3 Decidiu-se, ainda, orientar as entidades sindicais de primeiro grau a não homologarem rescisões de contrato de trabalho, que contenham desconto, de aviso prévio não trabalhado, nas férias e no 13º salário, pois que isto é ilegal, porquanto esse desconto deve cingir-se ao saldo de salário. Além do que, caso efetue-se desconto de aviso prévio, obrigatoriamente, haverá incidência de férias e 13º salário sobre ele. **c**



Limite de alunos por turma

Bom para quem ensina

Bom para quem aprende

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino